 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 010. Antropologia da Economia

Arlei Sander Damo (UFRGS) - Coordenador/a
Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta (Instituto de Estudos Sociais e Políticos) - Coordenador/a, Gustavo Gomes Onto (UFRJ) - Debatedor/a, Lúcia Helena Alves Müller (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande dos Sul) - Debatedor/a Desde o nascimento da nossa disciplina os interc?mbios de objetos e riquezas, mediados ou n?o pelo dinheiro, as formas de valora??o e de provimento das condi?es materiais de continuidade da vida foram objeto de descri??o e interpreta??o a partir dos modos de vida dos ?outros?. As teorias econ?micas j? tinham grande import?ncia nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas ?ltimas d?cadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A import?ncia dos especialistas, sejam acad?micos ou gestores governamentais, nunca foi t?o grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de pol?ticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a pr?pria defini??o sobre o que seja ?a economia? ou que caracterize algo ? pr?tica, teoria ? como ?econ?mico?. A Antropologia da Economia vem ganhando novo f?lego, com a organiza??o de diversos eventos e publica?es acad?micos voltados a essa ?rea de estudos. O objetivo do GT ? propiciar um espa?o dedicado a colocar em di?logo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observa??o que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em quest?o as fronteiras e limites do econ?mico, como a rela??o com as pr?ticas familiares, a intimidade, a religi?o, o consumo, a d?diva, a pol?tica, as moralidades e assim por diante.

> **?Tratando das dívidas?: o atendimento aos consumidores superendividados no Rio de Janeiro**
> **Autoria:** Viviane Marinho Fernandes
> O presente artigo, através da abordagem etnográfica, concentra-se no work desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro no ?tratamento? destinado a um grupo de consumidores identificado como ?superendividados?. Ao acompanhar as rotinas do Nudecon (Núcleo de Defesa do Consumidor), pude aproximar-me das atividades de profissionais que, através de diferentes técnicas e ferramentas, trabalham com intuito de reconhecer e classificar os consumidores como ?superendividados? para, então, atuar em sua proteção e orientação. A discussão desenvolvida no artigo estará organizada em três partes. Na primeira delas descrevo, de forma breve, o modo como o fenômeno do superendividamento vem sendo debatido no Brasil, principalmente no âmbito jurídico, produzindo reflexões que servem de base para a construção de intervenções públicas. Em seguida, apresento as técnicas desenvolvidas pelos profissionais do Nudecon para a identificação e classificação do ?consumidor superendividado?. Ao acompanhar as rotinas do Núcleo, chamo a atenção para a importância das tabelas e planilhas como artefatos essenciais na avaliação do superendividamento. A relevância dos documentos e das ferramentas de cálculo saltam aos olhos, primeiro devido ao fato dos documentos terem papel central dentro da burocracia jurídica, mas, especialmente, devido à relevância de determinados cálculos e dispositivos de medidas para a compreensão e visualização da dívida. O preenchimento de planilhas e questionários, bem como a produção de gráficos e tabelas tornam-se técnicas centrais para o reconhecimento e categorização do consumidor como superendividado. Por fim, uma vez mensurado o endividamento, concentro-me nas técnicas jurídico-administrativas utilizadas pelos Defensores Públicos para elaborar soluções para os problemas apresentados pelas pessoas. As narrativas sobre organização dos orçamentos individuais e familiares, sobre o uso do crédito e os cálculos realizados no emprego dos recursos - que aparecem nos atendimentos do Nudecon - direcionam-me às discussões centrais

 ISBN: 978-85-87942-61-6

da antropologia da economia, dedicada à compreensão das práticas financeiras das pessoas. Ao observar o work de orientação aos consumidores classificados como superendividados, busco refletir sobre como indivíduos e famílias estão vivenciando processos de endividamento em suas rotinas e como o Estado aparece intermediando a relação conflituosa entre estes e instituição financeiras.
Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**